



Quinze anos de mergulhos em naufrágios deram esta exposição

Water World. Passado Submerso retrata o trabalho dos investigadores debaixo de água, e não só – e abre as visitas guiadas ao Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática

Lucinda Canelas

Na vitrina estão expostos materiais que possivelmente pertencem a um navio naufragado junto ao Forte de São Julião da Barra em 1606, quando arriscava a entrada na barra do Tejo no meio de uma tempestade. Chamava-se *Nossa Senhora dos Mártires* e vinha de Cochim com o porão carregado e Lisboa por destino.

Escavada entre 1996 e 2001 – sob o impulso da Expo-98, a grande exposição internacional de Lisboa dedicada aos oceanos, que viria a mostrar parte do espólio resgatado aos destroços –, esta nau da Carreira das Índias, a primeira rota marítima verdadeiramente global, tornou-se um clássico da arqueologia subaquática portuguesa, que em meados da década de 90 começava a ganhar o reconhecimento público que lhe faltara.

“Dizemos que possivelmente terão pertencido à *Nossa Senhora dos Mártires* porque aquela zona é rica em vestígios arqueológicos de várias embarcações, já que a entrada em Lisboa era muito difícil, bem como a saída, especialmente para os navios de grande porte”, explica José Bettencourt, que há quase um ano dirige o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS), em Lisboa. É aqui que acaba de ser inaugurada a exposição *Water World. Passado Submerso*, que mostra até 29 de Junho alguns dos principais projectos de arqueologia subaquática desenvolvidos em Portugal continental nos últimos 15 anos, envolvendo, além deste laboratório de investigação, autarquias, universidades, empresas privadas e parceiros internacionais.

Com o Porto de Lisboa transformado em plataforma de navegação intercontinental a partir do século XV, a barra do Tejo ficou muito movimentada. Ponto de transição entre a navegação fluvial e a navegação oceânica, limitada a dois canais de circulação entre a costa e a chamada zona dos cachopos (bancos de areia e pedra), era um desafio para quem manobrava as embarcações. “Os bancos de areia móveis e as correntes fortes, tanto na enchente como na vazante, tornavam as coisas muito difíceis, sobretudo quando o tempo não ajudava”, continua o arqueólogo de 47 anos que é também investigador do CHAM – Centro de Humanidades da Universidade Nova e tem muita experiência de trabalho em contextos submersos.

Um conjunto de pesos e medidas, compassos, selos alfandegários, um prato em estanho e outro em porcelana da China estão expostos junto a dois pedaços de coco que guardam, praticamente intactos, grãos de pimenta, carga habitual numa nau da Carreira da Índia. Todos estes materiais têm mais de 400 anos.

“Se as madeiras [usadas na construção naval] e os outros materiais estiverem enterrados numa área em que não há grandes mexidas, há gran-

de possibilidade de se conservarem debaixo de água. Mesmo os grãos de pimenta”, acrescenta José Bettencourt, explicando que se logo a seguir a um naufrágio os destroços forem cobertos por sedimentos, sobretudo em zonas de estuário, se criam condições muito favoráveis à preservação dos vestígios. “Sem oxigénio reduz-se a colonização por bio-organismos e, com isso, os processos químicos que levam à degradação dos materiais. É o que faz com que as coisas se mantêm passados séculos.”

Nas paredes e nas vitrinas da sala multiusos do CNANS estão agora testemunhos de naufrágios de Viana Castelo a Portimão, do Líma ao Arade, passando pelo mar junto a Espinho, Peniche, Cascais ou Lisboa. Fotografias e outras imagens que recorrem a sofisticados métodos de composição (ortofotografias, feitas a partir de mais de mil fotografias cada) permitem ao visitante ver os arqueólogos a trabalhar, assim como alguns dos sítios que têm vindo a escavar e a estudar na última década e meia.

“Queremos que esta exposição sirva de porta de entrada para o CNANS, que nos ajude a organizar visitas guiadas de forma regular para que quem esteja interessado possa vir aqui ver o que fazemos para proteger o património a que a maioria das pessoas não tem acesso ao vivo”, diz José Bettencourt, explicando que os projectos que agora merecem destaque na exposição instalada neste laboratório afecto ao instituto público Património Cultural foram escolhidos em função da sua relevância histórica e do seu potencial para abrir novas linhas de investigação.

“Não temos aqui nada dos Açores, onde também houve projectos nos últimos 15 anos, mas temos sítios de norte a sul do país. Nuns naufrágios houve trabalhos pela primeira vez, outros são já clássicos da subaquática portuguesa, mas continuam a ser relevantes e a ser alvo de estudo.”

Resgatar ou deixar ficar?

Na exposição podem ser vistas, por exemplo, duas pirogas monóxilas – assim designadas por serem escavadas num único tronco – da Idade Média (séculos VIII-XI), parte de um grupo de sete exemplares resgatados no rio Líma, entre 1985 e 2023, em que se incluem exemplares com cerca de 2200 anos. São as mais antigas embarcações encontradas em águas portuguesas.

Entre os casos de estudo dos últimos 15 anos está também o navio encontrado em 2013 na praia de Belinho, em Espinho, por moradores que por ali passeavam e que deram com objectos e pedaços de madeira devolvidos pelo mar depois de uma violenta tempestade.

Ostrabalhos posteriores, que implicaram mergulhar nos destroços encaixados entre as rochas, frente ao areal e a escassa distância da costa, permitiram recuperar vários objectos

ID: 117190069

que viajariam neste navio de carga, provavelmente do século XVI, que terá partido de um porto do Norte da Europa rumo a outro ainda por determinar.

Pratos, castiçais e potes em liga de cobre, bandejas, taças e colheres em estanho, e bocas-de-fogo em ferro e bronze integram o lote de peças identificadas e, nalguns casos, já resgatadas e à guarda da autarquia.

Sempre que possível, no entanto, José Bettencourt é absolutamente a favor da conservação *in situ* recomendada pela Convenção sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático (2001), documento da UNESCO que Portugal ratificou em 2006.

É o que defende, como não poderia deixar de ser, para a nau da Carreira das Índias até aqui identificada como *São Francisco Xavier*, que tem vindo a monitorizar com os colegas do projeto ProCASC, associado à Câmara Municipal de Cascais. A embarcação, descoberta junto ao Bugio em 2018, terá ficado sepultada nas areias do cachopo sul, em 1625, quando tentava chegar ao Porto de Lisboa com o porão carregado. A interpretação dos vestígios que ali deixou tem gerado polémica.

“É um sítio que está enterrado desde que foi descoberto e que está carregado de informação, com muitos materiais, mas não é para tirar tudo lá de baixo, muito pelo contrário”, defende este professor de Arqueologia Marítima e Subaquática da Universidade Nova, revelando que a escavação e o estudo de um naufrágio como aquele “é coisa para custar milhões e envolver muitos meios humanos”, dentro e fora de água.

Isso não significa, no entanto, que a investigação não deva prosseguir: “Não é preciso trazer os materiais à superfície para os estudar, até porque conservá-los cá fora é muito complexo quando se trata de madeiras. O que é preciso é investigar, reunir informação e partilhá-la com a comunidade científica e com o público em geral. Uma nau como a *São Francisco Xavier* pode ensinar-nos muitas coisas sobre o comércio português naquela época, sobre a construção naval.”

O mesmo se passa com as escavações em terra, feitas no contexto de obras em curso na Lisboa ribeirinha, tendo já revelado um cais palafítico dos séculos XVIII-XIX e uma grande embarcação do século XVII no Campo das Cebolas e em Santos, naquela que já foi a praia da Boavista.

“A embarcação encontrada em Santos é de um tipo que não conhecíamos antes no Atlântico e que teria cerca de 30 metros de comprimento. Pode trazer muitos dados novos”, acrescenta José Bettencourt.

Nas vitrinas espalhadas pela exposição há ainda vasilhas de barro, moedas romanas, balas de mosquete, colheres de estanho, um farol de borda de um navio afundado ao largo de Vila do Bispo na Primeira

Meio: Imprensa

Âmbito: Informação Geral

País: Portugal

Period: Diária

Área: 1510,7cm²

Pág: 36-37



À esq. e em cima: os vestígios daquela que se presume ser a nau *São Francisco Xavier*

No recorte: piroga da Idade Média resgatada no rio Lima

“A quantidade de sítios subaquáticos que conhecemos é ainda muito pequena, mas tem vindo a ser feito trabalho”, assinala José Bettencourt



Guerra Mundial, várias peças de madeira de uma embarcação do século XVI que permitiam manipular os cabos das velas e, assim, manobrá-la, e lingotes de chumbo de um barco que foi ao fundo perto do Forte de São Julião da Barra no século XVII.

“Mostrar materiais que estiveram debaixo de água faz parte da comunicação dos resultados da investigação, mas não pode ser a única coisa”, sublinha o director do CNANS.

Carta Arqueológica parada

A pequena exposição abre com as primeiras tentativas de criar um Inventário Nacional de Sítios Arqueológicos Subaquáticos, mostrando documentos de 1985 que, embora arcaicos quando comparados com as ferramentas que hoje tem à disposição quem trabalha na área, estão carregados de informação reunida por dois investigadores pioneiros na náutica em Portugal, Maria Luísa e Jean-Yves Blot.

Hoje, a informação relativa à Carta Arqueológica Subaquática Portuguesa é disponibilizada digitalmente, no Endovélico, um sistema de dados para a gestão do património enterrado e afundado, mas é ainda muito parca tendo em conta o potencial do país no que toca aos vestígios relacionados com a navegação e a exploração de recursos marinhos dispersos ao longo da costa.

Dos sete mil potenciais naufrágios ao largo de Portugal continental, de acordo com a pesquisa feita até aqui, são cerca de 2300 os achados, sítios arqueológicos e referências documentais assinalados no Endovélico. E, entre os locais submersos, apenas 500 estão georreferenciados, muitos deles por aproximação, também graças ao que sobre eles foi escrito.

Se nos cingirmos aos naufrágios confirmados por mergulho e com informação associada, esse número desce de forma ainda mais drástica, para os 80, de acordo com dados fornecidos por Pedro Barros, um dos arqueólogos do CNANS. E mesmo estes não se conhecem todos com o mesmo grau de detalhe, ressalva.

O trabalho na Carta Arqueológica, que está agora praticamente parado

depois de um período em que recebeu muitos contributos graças ao projecto Water World (2021-2024), promovido pelo mecanismo EEA Grants, requer meios materiais e humanos e é muito moroso, mas essencial à boa gestão do património que está debaixo de água, defende José Bettencourt.

O EEA Grants, mecanismo financeiro alimentado pela Noruega, pela Islândia e pelo Liechtenstein, destinou à arqueologia subaquática portuguesa, via Water World, 995 mil euros, dos quais cerca de 460 mil ficaram por executar até ao fim do projecto, em Abril de 2024 – 46% do montante global, quase metade.

Bettencourt, que chegou ao CNANS em Julho, atribui as dificuldades de beneficiar de toda a verba destinada a esta área às limitações impostas pela pandemia, mas garante que o saldo é, apesar de tudo, positivo.

“Os resultados do projecto foram muito importantes para a arqueologia subaquática portuguesa”, mesmo num “ambiente de grande adversidade”, diz o investigador. “[Durante a vigência do Water World] a equipa do CNANS foi reforçada com arqueólogos e conservadores, que receberam formação especializada e prestaram trabalho altamente qualificado. Foram realizadas ações de conservação em laboratório. Promoveu-se a actualização da Carta Arqueológica. Foram efectuadas várias missões de terreno.” Na sua maioria, porém, estes profissionais tiveram de sair no final do projecto.

Neste momento, o CNANS conta com uma equipa de oito pessoas, entre elas quatro arqueólogos e dois conservadores-restauradores, mas precisaria de pelo menos mais três arqueólogos para cumprir o seu caderno de encargos enquanto laboratório de referência.

“O grande desafio agora é o reforço da equipa para garantir que a informação à nossa guarda é devidamente organizada e para ter uma presença activa no terreno, junto dos outros parceiros locais”, acrescenta José Bettencourt, lembrando que os trabalhos na Carta Arqueológica estão parados desde Março de 2024.

“A quantidade de sítios que conhecemos é ainda muito pequena, mas tem vindo a ser feito trabalho que junta as universidades, as autarquias, as empresas de arqueologia”, sublinha. “Para conhecer um sítio e para o dar a conhecer é preciso documentá-lo com fotografia, vídeo, plantas, dados geofísicos... É preciso identificar a documentação histórica que fala dele e mergulhar para ver o que há lá em baixo. E depois há que devolver todo o conhecimento produzido às pessoas, não resgatando materiais do fundo do mar, mas divulgando a informação reunida. Só assim ganhamos – e merecemos – a confiança das comunidades marítimas que nos ajudam a proteger o património subaquático.”